

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 652 - Brasília, terça-feira, 17 de março de 1998



Ignácio quer resolver controvérsias em torno do assunto

Recusa ao bafômetro pode virar infração

Projeto de José Ignácio prevê multa e retenção do veículo para motorista que não se submeter ao teste de teor alcoólico no sangue

O senador José Ignácio apresentou projeto que pune por "infração gravíssima" todo motorista que se recusar a realizar o chamado "teste do bafômetro". Ignácio quer alterar o recentemente aprovado Código de Trânsito Brasileiro para introduzir a punição porque a recusa, no seu entender, "leva outras pessoas a adotarem

comportamento idêntico". Na justificativa do projeto, o senador capixaba explica que, apesar da obrigatoriedade prevista no código, há uma discussão jurídica em torno da questão, pois muitos criminalistas defendem que "ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo". **Página 4**

Jonas defende estímulo à agroindústria

O senador Jonas Pinheiro pediu ao governo federal que adote uma política de incentivo ao desenvolvimento de agroindústrias. Ele defendeu a utilização de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), especialmente na região Centro-Oeste. O senador lembrou que a falta de capital de giro é um dos principais problemas enfrentados por micro e pequenos empresários agrícolas e sustentou a necessidade de as empresas agroindustriais procurarem novos paradigmas para melhorar seus padrões gerenciais e operacionais. **Página 3**

Amorim sugere revisão de impostos

O senador Ernandes Amorim propôs a mudança nos critérios de cobrança de impostos do setor agropecuário. **Página 3**



Jonas: novos paradigmas para o campo

CAE deve analisar projeto sobre jogos

Proposta na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos prevê que estados poderão autorizar a exploração de jogos em locais de potencial turístico. Projeto já foi aprovado pela Comissão de Justiça do Senado. **Página 2**

Plenário vota verba para reaparelhar Marinha

Empréstimo bancará a compra de materiais e serviços, na Europa, para mísseis e torpedos, bem como peças para submarinos, helicópteros e radares. Pedido tem parecer favorável do relator. **Página 2**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

12h - Recebe Sua Majestade a Rainha Sílvia, do Reino da Suécia

12h30 - Recebe o presidente da Junta da Galiza, Manuel Fraga Iribarne

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 23/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 37,1 milhões, junto a um consórcio de bancos formado pelo Banque Paribas, Barclays Bank PLC e Instituto Bancário San Paolo di Torino S.P.A., destinada ao financiamento, parcial, da importação de bens e serviços necessários ao projeto de modernização das fragatas classe Niterói, no âmbito do Programa de Reaparelhamento da Marinha"; "Projeto de Resolução nº 24/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de vinte e um milhões, noventa e dois mil, novecentos e doze libras esterlinas e vinte centavos, junto a um consórcio integrado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC"; "Projeto de Resolução nº 18/98, que autoriza a prefeitura municipal de Icoana, no estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor de R\$ 398,7 mil, junto à Caixa Econômica Federal, destinando-se os recursos à construção de 50 unidades habitacionais no bairro Jardim Jandira"; "PDL nº 51/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irai, estado do Rio Grande do Sul, e "PDL nº 52/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul

COMISSÕES

11h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: 1 - Discussão e votação do relatório do deputado Confúcio Moura ao PL nº 3000/97, que autoriza os residentes nas cidades limítrofes aos estados integrantes do Mercosul a circular em território nacional com veículos emplacados nesses países, e 2 - Avaliar a atual situação política do Paraguai e possíveis iniciativas a serem tomadas pelo Mercosul em vista da ameaça de ruptura da ordem democrática naquele país

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "Relatório apresentado ao PLC nº 1/98-CN, "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referentes às contas do presidente da República de 1996, e "Relatório apresentado às contas do presidente da República referentes a 95. Plenário 02 - Anexo II - Câmara dos Deputados

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Emenda da Câmara dos Deputados oferecida ao "PLS nº 146/92 (não terminativo), que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene; "Ofício nº 84/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito junto ao Bird, no valor de US\$ 70 milhões, destinada à implementação do Programa de Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais; "PLC nº 5/98 (não terminativo), que altera a tabela de valores da taxa de fiscalização da instalação por estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95; "PLC nº 91/96 (não terminativo), que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; e "Projeto de Resolução nº 49/96 (não terminativo), que dispõe sobre as operações de

crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (18.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "PDL nº 54/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Aunverde de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pitanga, estado do Paraná; "PDL nº 68/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Dourados do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul; "PDL nº 69/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guarany de Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, estado do Pará; e "PDL nº 70/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio TV Tropical Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, estado do Amazonas

Quinta-feira (19.03.98)

14h30 - Agenda em aberto

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a registrar a passagem do centenário do falecimento do poeta simbolista Cruz e Sousa

Oradores inscritos: senadores Espíndola Amin, Artur da Távola, Ronaldo Cunha Lima, Francolino Pereira, José Fogaça e Casildo Maldaner

Sexta-feira (20.03.98)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (18.03.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: Audiência pública - Exposição do ministro da Saúde, Carlos César Silva de Albuquerque, sobre a PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e "PLS nº 230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - *Factoring*; "PLS nº 63/95 (terminativo), que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 252/96 (terminativo), que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009/90; "PLS nº 273/96 (não terminativo), que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; "PLS nº 69/97 (não terminativo), que regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública na qual será realizado o lançamento de vídeo produzido pela Embrapa sobre a mosca branca. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

CAE analisará projeto sobre jogos de azar

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), deve analisar hoje, às 17h, projeto de lei da Câmara que legaliza a prática de jogos de azar, liberando o jogo do bicho e o funcionamento de cassinos. A matéria já foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA).

A proposta, de autoria do deputado José Fortunatti e que tem como relator o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), estabelece que os estados e o Distrito Federal poderão autorizar a exploração de jogos em locais de potencial turístico ou onde não haja outras alternativas para o desenvolvimento econômico-social. A União regulamentará a lei, fiscalizando o seu cumprimento.

A CAE analisa, ainda, entre

outras matérias, a solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 70 milhões, para o Programa de Restauração das Rodovias Estaduais.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se às 15h para apreciar os relatórios às emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo sobre as contas do presidente da República de 1996, assim como o relatório das contas do presidente da República referentes a 95.

As 11h estará reunida a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), para avaliar a atual situação política do Paraguai.

Senado vota empréstimo para reaparelhar Marinha

O plenário do Senado vota hoje dois pedidos de autorização do governo federal para contratar com bancos europeus cerca de US\$ 75 milhões para o pagamento de equipamentos e serviços destinados ao reaparelhamento da Marinha.

O dinheiro bancará a compra de materiais e serviços, na Europa, para mísseis, torpedos e peças para submarinos, heli-

cópteros e radares. Os financiamentos serão concedidos pelo Barclays Bank, Banque Paribas e Instituto Bancario San Paolo di Torino. O relator dos pedidos, senador Romero Jucá (PFL-RR), apresentou pareceres favoráveis.

Ainda na sessão de hoje, o plenário votará três projetos de renovação de concessão de emissoras de rádio.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Prêmio Cruz e Sousa abre as inscrições

Estão abertas as inscrições para o Prêmio Cruz e Sousa de monografia, criado pelo Congresso Nacional com o objetivo de incentivar o debate sobre a importância da vida e da obra do poeta, no ano em que se celebra o centenário de sua morte.

O prêmio está dividido em duas categorias: Estudante, para alunos de graduação e pós-graduação, e Geral, para poetas, escritores e interessados.

O primeiro colocado em cada categoria receberá R\$ 10 mil. Os trabalhos classificados do 2º ao 5º lugares receberão menção honrosa. Todas as monografias classificadas serão publicadas pelo Senado.

O prêmio foi criado por projeto de resolução de autoria dos senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC).

As inscrições podem ser encaminhadas ao Conselho do Prêmio Cruz e Sousa, Diretoria Geral do Senado, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900, até o dia 15 de maio. Informações pelo telefone (061) 311-4229 ou pelo fax (061) 323-4340.

Filme de Salles entra em cartaz

O filme *Terra Estrangeira*, do diretor Walter Salles, será apresentado amanhã, no Auditório Petrólio Portella, dentro do projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Coordenação de Relações Públicas do Senado.

Essa produção aborda a aventura de um jovem que, após a morte de sua mãe, resolve fazer a viagem que esta sonhava - voltar à sua terra natal, Lisboa, e leva em sua bagagem um objeto contrabandeado, dando início a uma vertiginosa história policial. No elenco estão Fernanda Torres, Luís Melo, Alexandre Borges e Laura Cardoso, entre outros.

A adoção pelo governo de uma política de incentivos ao setor é apontada como caminho para o aumento das exportações

Jonas Pinheiro quer recursos do BNDES para agroindústria

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) solicitou ao governo federal a adoção urgente de uma política de agroindustrialização para o Brasil, com recursos crescentes do BNDES, especialmente para o Centro-Oeste. Ele justificou a medida afirmando que as dimensões dos negócios agrícolas em nível mundial são tentadoras, medindo-se em bilhões de dólares.

Jonas entende que o Brasil e o Centro-Oeste brasileiro precisam se equipar melhor para disputar uma fatia importante dessa riqueza. Mas alertou para o fato de que só se obterá êxito nessa disputa com uma adequada política de incentivos governamentais, que contemple inclusive linhas especiais de financiamento para o processo de agroindustrialização regional.

No entender do senador, a agroindústria só é viável se houver investimento, linha de crédito compatível e organização dos produtores, em pequenas empresas, associações e cooperativas, ou pela integração a empreendimentos de maior porte. Jonas Pinheiro divulgou dados segundo os quais a falta de capital de giro é um dos elementos que mais prejudicam o funcionamento das micro e pequenas empre-



Jonas vê falta de capital de giro

sas agrícolas.

Jonas Pinheiro disse que estudos da 8ª Sondagem Agropecuária realizada pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Vargas revelaram que 67% das unidades produtivas agrícolas consideram insatisfatória a situação de seus negócios. Dessas, a grande maioria (86%) apontou a falta de capital de giro como o maior limitador da dinamização dos seus negócios agropecuários, enquanto 11% admitiram a existência de um clima desfavorável para a realização dos seus objetivos empresariais.

O senador mencionou como também relevantes nessa sondagem os fatores desagregadores das atividades agroindustriais, entre os quais a alta taxa de juros, a ausência de uma política de preços atraente para o setor, a baixa produtividade do solo, a falta de ele-

trificação rural, a situação deficiente das estradas para o escoamento da produção e os altos impostos que oneram de maneira significativa os custos de produção.

Sustentando que a região Centro-Oeste se presta quase exclusivamente à atividade agroindustrial, ele afirmou que os investimentos ali precisam ser dimensionados no contexto de uma verdadeira política global de desenvolvimento regional. O parlamentar citou dados do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo para afirmar que as exportações de carne de frango somaram US\$ 450 milhões nos primeiros seis meses de 1997, o que correspondeu a um aumento de 22,62% em relação aos seis primeiros meses de 1996.

Invocando esse ambiente de abertura dos mercados, Jonas Pinheiro pregou a necessidade de as empresas agroindustriais procurarem novos paradigmas para melhorar seus padrões gerenciais e operacionais. Ele observou que, por uma questão de sobrevivência, é necessária a busca de novas linhas de crédito em condições compatíveis para garantir a competitividade do setor produtivo nacional e lutar constantemente pela redução dos custos e pelo incremento da produtividade.



Alcântara: pouca infra-estrutura

Alcântara pede solução para Jericoacoara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que transfere para o Poder Executivo do estado do Ceará a responsabilidade pela administração e fiscalização da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, localizada nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz. A área foi criada por decreto, em outubro de 1984, e hoje se encontra sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

Segundo o senador, um dos principais problemas verificados hoje na área decorre do fato de o Ibama não possuir os recursos necessários para dotar a vila de condições mínimas de habitabilidade, como energia, água, comunicações, saúde, educação e segurança. Essa situação, de acordo com o senador, vem dificultando o acesso da comunidade a os fundamentos básicos da cidadania.

- Jericoacoara, pela sua conhecida beleza natural, tem-se tornado o mais importante centro de atração turística do estado do Ceará, embora ainda deixe muito a desejar em termos de infra-estrutura. Essa lacuna somente pode ser sanada por meio da ação do estado, a qual vem sendo prejudicada pela postura do Ibama de "não fazer e nem deixar fazer", argumentou Alcântara ao justificar sua proposta.

O projeto de lei segue agora para as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cujo mérito será apreciado em caráter terminativo nesta última comissão.

Amorim cobra revisão de impostos no campo

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) fez um apelo ao ministro da Agricultura, Arlindo Porto, para que reveja os critérios de cobrança do ICMS, PIS e Cofins do setor agropecuário. Amorim disse que o Brasil detém um rebanho bovino de 170 milhões de cabeças, gerando 8 milhões de empregos diretos. Ele acredita que estes números justificam uma política de apoio ao setor.

- Precisamos de uma polí-

tica de incentivos, apoio técnico e financeiro aos pequenos produtores rurais, que representam um expressivo contingente produtivo. Precisamos manter o nosso agricultor no interior, evitando o aumento das estatísticas de marginalização do homem do campo e de seus familiares.

Para o senador, há uma inversão de prioridades na política econômica brasileira, desperdiçando as verdadeiras potencialidades do país.



Amorim: prioridades invertidas

- Tudo é contraditório em nossa política econômica. Como entender uma política voltada para os banqueiros, que nada produzem, a não ser juros escorchantes, miando, a cada dia, a economia dos pequenos e médios produtores? - questionou.



Turismo preocupa Suassuna

Suassuna defende mais vôos para o NE

Vôos domésticos que tenham cidades do Nordeste brasileiro como origem e destino poderão, segundo projeto de lei apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ser realizados também por empresas aéreas estrangeiras. Hoje, o transporte aéreo interno é restrito a empresas nacionais, que priorizam o atendimento às regiões mais desenvolvidas do país, de modo que "a frequência de vôos para o Nordeste vem sendo reduzida", justificou o senador.

O projeto prevê que a empresa estrangeira que se interessar pela prestação do serviço aéreo em cidades nordestinas deverá apresentar proposta ao Departamento de Aviação Civil (DAC), do Ministério da Aeronáutica, contendo planos operacionais e técnicos, tarifas e horários. Em 60 dias, após dar conhecimento da solicitação às empresas nacionais, para manifestação de interesse na sua contraprestação, o DAC deverá expedir a autorização para o início das operações.

Suassuna argumenta que "grandes obstáculos impedem o desenvolvimento" do turismo no Nordeste. Dados divulgados pela Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE), citados pelo senador, apontam para uma redução de cerca de 30%, em média, no desempenho da atividade turística na região nos últimos meses. Entre as razões para essa redução, a CTI-NE destacou "a limitada oferta de serviços de transporte aéreo para a região".

Projeto prevê retenção do veículo e multa para o motorista que não aceitar se submeter ao exame de teor alcoólico

José Ignácio quer punir recusa ao bafômetro

Projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) pretende acabar com um problema criado com a entrada em vigor do novo Código de Trânsito Brasileiro - a recusa dos motoristas de se submeterem a testes para verificar o teor de álcool na corrente sanguínea. O projeto prevê que a simples recusa acarretará ao motorista uma infração gravíssima, com multa e retenção do veículo pela polícia.

José Ignácio observa em sua justificativa que, apesar da obri-



Ignácio pretende mudar código

gatoriedade prevista no código, existe uma polêmica jurídica sobre o assunto, pois alguns

criminalistas defendem que "ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo". Conforme o senador, isso implicaria dizer que ninguém é obrigado a se submeter ao teste do bafômetro.

"Causa indignação a reação de motoristas que fazem tal recusa, inclusive porque isso leva outras pessoas a adotarem comportamento idêntico", assinala José Ignácio. Com seu projeto, o senador pretende acrescentar um novo artigo ao Código de Trânsito Brasileiro.

Júlio Campos exige mais segurança nas competições

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto determinando que a competição e a prática esportiva só poderão ser realizadas em instalações submetidas a inspeções de segurança pelos órgãos competentes. Ele mencionou a morte de Ayrton Senna como exemplo de tragédia que poderia ter sido evitada, se cumpridas as necessárias normas de segurança.

Júlio Campos citou também o rompimento do alambrado das arquibancadas no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, durante a decisão de um Campeonato Brasileiro, quando se assistiu à morte de inúmeros torcedores. Na sua visão, o informalismo maior diante dessas



Campos: fim da impunidade

tragédias decorre da constatação de que, com normas de segurança, elas poderiam ter sido evitadas.

Sujeito a decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto dispõe que constituirá crime realizar competições ou práticas esportivas em instala-

ções ou locais não submetidos a inspeções de segurança, ou sobre os quais haja laudo técnico ou decisão contrária de autoridade competente. Nesse caso, a pena é de dois meses a um ano de detenção; se resultar em morte, a pena passa a ser de um a três anos de detenção. Se um funcionário público for o responsável, a pena aumentará em um terço.

O projeto de Júlio Campos também determina que, se, durante inquérito policial sobre óbito ocorrido em práticas esportivas, surgirem indícios de que as condições do local deram causa à morte, o mesmo poderá ser interdito, mediante decisão judicial provocada por requerimento de autoridade policial.

PTB faz campanha para mobilizar jovens

O senador Odacir Soares (RO), líder do PTB, anunciou que o seu partido realizará, em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral, uma campanha nacional para mobilizar os jovens entre 16 e 18 anos a se alistarem com vistas às eleições de 3 de outubro.

Odacir informou que, a menos de dois meses do fim do prazo de alistamento, apenas 1,2% dos jovens nessa faixa

de idade procuraram os tribunais regionais eleitorais. Segundo o senador, eles terão este ano uma grande oportunidade de exercer o seu direito de voto.

- Esses jovens iniciarão sua participação política em uma grande eleição, para os cargos mais altos na esfera política brasileira: Presidência da República, governos estaduais, Senado Federal, Câmara dos



Odacir busca novos valores

Deputados e assembleias legislativas. Esses jovens poderão incrementar a qualidade do processo político brasileiro - afirmou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 6h - Entrevista com senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre planos de saúde
- 8h - Política Global - entrevista realizada pelo embaixador Samuel Guimarães e o professor Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre meio ambiente
- 9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre planos de saúde
- 10h - V Encontro Nacional sobre Controle Interno (Endicon)
- 13h15h - Política Global - entrevista realizada pelo embaixador Samuel Guimarães e o professor Luiz Pinguelli Rosa, da UFRJ, sobre meio ambiente
- 14h30 - Sessão plenária (vivo) Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que trata dos jogos de azar
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Política Global - entrevista realizada pelo embaixador Samuel Guimarães e o professor Luiz Pinguelli Rosa, da UFRJ, sobre meio ambiente
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 17h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 8h